



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DO RIO CLARO – MINAS GERAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

INTRODUÇÃO

Este termo de referência foi elaborado em cumprimento a legislação federal e municipal, em especial ao disposto no §1º do Art. 19 do Decreto Municipal 5.298/2021 e do inciso XXIII do Art. 6º da Lei Ordinária 14.133/2021.

1 - CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Objeto:

Contratação de empresa especializada para realização de vistoria técnica in loco, bem como para elaboração de laudo técnico conclusivo, contemplando o diagnóstico do estado de conservação, avaliação da integridade estrutural, identificação de eventuais patologias, classificação do grau de risco e definição quanto à necessidade de interdição da estrutura.

1.2. Classificação dos bens:

O objeto a ser contratado enquadra-se como serviço de engenharia de natureza técnica especializada, sendo cabível a contratação direta por dispensa de licitação, nos termos do art. 75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

O valor estimado da contratação é de R\$ 23.500,00 (vinte e três mil e quinhentos reais), inferior ao limite vigente para dispensa de licitação de obras e serviços de engenharia, o que autoriza a contratação direta por dispensa de licitação por valor.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto nº 48.586, de 2023 e art. 20 da Lei Federal nº. 14.133, de 2021.

2 - FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por objetivo atender às necessidades da Administração Pública Municipal, visando garantir a avaliação técnica especializada da rampa de acesso existente em imóvel público do Município de Carmo do Rio Claro, a fim de subsidiar a tomada de decisões quanto à segurança, manutenção ou eventual substituição da estrutura.





PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DO RIO CLARO – MINAS GERAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

A necessidade da contratação decorre do fato de que a referida rampa apresenta sinais de desgaste e não possui registro de projeto arquitetônico ou estrutural, o que impossibilita a realização de intervenções seguras sem a devida análise técnica especializada. Dessa forma, torna-se necessária a realização de vistoria técnica e emissão de laudo conclusivo, que permita avaliar o estado de conservação da estrutura, verificar sua integridade e identificar eventuais riscos à segurança dos usuários.

Ressalta-se que a contratação pretendida está alinhada com o interesse público, uma vez que permitirá à Administração Municipal embasar tecnicamente a decisão quanto à recuperação, adequação ou eventual substituição da estrutura, garantindo segurança aos usuários, observância às normas técnicas e adequada aplicação dos recursos públicos.

A solução proposta mostra-se a mais adequada para suprir a demanda identificada, considerando critérios de segurança, eficiência, economicidade e viabilidade técnica, assegurando melhores condições para a tomada de decisão administrativa.

3 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

3.1. Requisitos gerais

O objeto deverá atender às especificações técnicas constantes neste Termo de Referência.

Os serviços deverão ser executados por empresa especializada na área de engenharia ou estruturas metálicas, regularmente constituída.

A execução deverá ser realizada por profissional legalmente habilitado, com registro ativo no conselho profissional competente.

A contratada deverá responsabilizar-se por todos os custos diretos e indiretos necessários à execução dos serviços, incluindo deslocamentos, equipamentos, mão de obra técnica e demais encargos.

Os serviços deverão ser executados dentro dos prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência.

3.2 Requisitos legais e normativos:





PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DO RIO CLARO – MINAS GERAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

A contratação deverá observar as disposições da **Lei nº 14.133/2021** e demais legislações aplicáveis.

Os serviços deverão atender às normas técnicas da ABNT aplicáveis à inspeção e avaliação de estruturas metálicas.

A contratada deverá providenciar a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART junto ao CREA, referente aos serviços executados.

A contratada deverá cumprir as exigências de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira previstas na legislação vigente.

3.3 Subcontratação:

Não será permitida a subcontratação do objeto, considerando a natureza técnica especializada dos serviços e a necessidade de responsabilidade direta da empresa contratada e do profissional responsável técnico

4. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO OBJETO

O objeto deverá atender às especificações técnicas mínimas descritas abaixo.

4.1. Especificações técnicas

A contratação deverá contemplar, no mínimo, a execução das seguintes atividades:

- realização de vistoria técnica estrutural completa in loco;
- avaliação dos elementos estruturais principais, tais como vigas, pilares, apoios e ligações;
- análise das condições do piso e do guarda-corpo da rampa;
- verificação da ocorrência de manifestações patológicas, tais como corrosão, fissuras, deformações ou falhas em soldas e parafusos;
- avaliação do estado de conservação e integridade estrutural da rampa;
- registro fotográfico das condições identificadas;
- elaboração de Laudo Técnico Conclusivo, contendo diagnóstico da estrutura, classificação do grau de risco e conclusão quanto à necessidade ou não de interdição da rampa;
- elaboração de projeto executivo de reforma/recuperação da estrutura ou projeto de substituição total, caso tecnicamente recomendado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DO RIO CLARO – MINAS GERAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

- elaboração de memorial descritivo técnico;
- elaboração de planilha orçamentária baseada em referências oficiais, tais como SINAPI, SETOP ou SUDECAP, para subsidiar futura contratação da execução da obra;
- emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART referente aos serviços técnicos realizados.

5. FORMA DE CONTRATAÇÃO:

Para a presente contratação, adota-se a contratação direta por dispensa de licitação por valor, nos termos do art. 75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, considerando que o valor estimado é de R\$ 23.500,00 (vinte e três mil e quinhentos reais). A contratação observará, ainda, o Decreto Municipal nº 5.298/2021, a Lei Complementar nº 123/2006 e demais normas aplicáveis.

6. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

6.1. A contratação será regida pela Lei Ordinária n. 14.133/2021, especialmente pelo art. 75, inciso I, que autoriza a dispensa de licitação para obras e serviços de engenharia ou de manutenção de veículos automotores cujo valor não ultrapasse o limite estabelecido, bem como suas respectivas alterações e demais legislações pertinentes.

6.2. As Microempresas e Empresa de Pequeno Porte poderão usufruir do tratamento estabelecido pela Lei Complementar n. 123/2006.

7. REGIME DE EXECUÇÃO E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1. Regime de execução:

O objeto será executado sob o regime de **empreitada por preço global**, considerando que os serviços possuem escopo previamente definido e poderão ser executados de forma integral pela contratada.

7.2. Forma de seleção do fornecedor:

A seleção da proposta será realizada com base na identificação da proposta mais vantajosa para a Administração, considerando o menor preço global dentre as propostas válidas obtidas, nos termos do art. 75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021. Considera-se possível a



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DO RIO CLARO – MINAS GERAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

comparação objetiva entre as propostas em razão de as especificações técnicas do objeto estarem devidamente definidas neste Termo de Referência.

8. DA FORMA DE EXECUÇÃO

8.1. Os serviços serão executados de forma **integral**, mediante realização de vistoria técnica in loco na rampa de acesso existente em imóvel público do Município de Carmo do Rio Claro, seguida da elaboração dos documentos técnicos previstos neste Termo de Referência.

8.2. A execução compreenderá a realização das análises técnicas necessárias no local e posterior elaboração do laudo técnico e demais documentos técnicos correspondentes, conforme especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

9. DA LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado no prazo de até **30 (trinta) dias**, contados do recebimento definitivo do objeto e da apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo fiscal do contrato, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

9.2. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria empresa, obrigatoriamente contendo o número de inscrição no CNPJ, redigida em letras legíveis, sem rasuras ou erros, com os dados bancários para pagamento, descrição dos serviços.

9.3. Para fins de pagamento, poderá ser verificada a regularidade fiscal e trabalhista da contratada, conforme legislação vigente.

9.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.5. A contratada optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos tributos abrangidos por esse regime, desde que comprove tal condição mediante documentação oficial.

9.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o prazo para pagamento ficará suspenso até a regularização.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DO RIO CLARO – MINAS GERAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

10. DA FORMA DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO.

10.1 A execução dos serviços deverá ocorrer no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Ordem de Serviço ou instrumento equivalente, emitido pela Administração.

10.2 Os serviços deverão ser executados em conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, observando-se os padrões técnicos aplicáveis e demais exigências legais pertinentes.

10.3. Recebimento provisório

O objeto será recebido provisoriamente após a entrega do Laudo Técnico Conclusivo e dos demais documentos técnicos previstos neste Termo de Referência, para efeito de verificação da conformidade com as especificações exigidas.

10.4. Recebimento definitivo

O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação da conformidade técnica dos documentos apresentados, mediante atesto do fiscal do contrato.

10.5. Caso os documentos técnicos apresentados estejam em desacordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, a contratada deverá proceder às correções necessárias no prazo fixado pela Administração sem ônus adicional.

10.6. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pela qualidade técnica dos serviços prestados.

11. QUANTITATIVO, VALOR ESTIMADO E ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO OBJETO

11.1. A quantidade e a especificação do objeto deste Termo de Referência encontram-se descritas na tabela abaixo:

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR ESTIMADO DO ITEM	VALOR ESTIMADO TOTAL





PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DO RIO CLARO – MINAS GERAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

01	01	SV	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA IN LOCO, BEM COMO PARA ELABORAÇÃO DE LAUDO TÉCNICO CONCLUSIVO, CONTEMPLANDO O DIAGNÓSTICO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, AVALIAÇÃO DA INTEGRIDADE ESTRUTURAL, IDENTIFICAÇÃO DE EVENTUAIS PATOLOGIAS, CLASSIFICAÇÃO DO GRAU DE RISCO E DEFINIÇÃO QUANTO À NECESSIDADE DE INTERDIÇÃO DA ESTRUTURA.	R\$ 23.500,00	R\$ 23.500,00
----	----	----	--	---------------	---------------

11.2. Valor total ESTIMADO para a presente aquisição é de R\$ 23.500,00 (vinte e três mil, e quinhentos reais).

12. DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

12.1. Conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e Portaria nº 077/2022, o contrato advindo deste Termo de Referência terá como Gestora a Secretária Municipal de Administração, Ana Beatriz Santos, e como Fiscal o servidor Gustavo Pereira Costa, Engenheiro Civil Municipal.

12.3. Compete aos servidores designados acompanhar, controlar e avaliar a execução do objeto, garantindo o fiel cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência.

12.4. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, que é integral e exclusiva quanto à execução do objeto, inclusive perante terceiros.

12.5. A atuação da fiscalização não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, ainda que decorrente de imperfeições técnicas, vícios ou emprego de material inadequado.

13. DO LOCAL PARA ENTREGA





PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DO RIO CLARO – MINAS GERAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

13.1. Os serviços objeto deste Termo de Referência deverão ser executados no imóvel público localizado na Rua Delfim Moreira, nº 62, Centro, no Município de Carmo do Rio Claro/MG, onde se encontra a rampa de acesso objeto da avaliação técnica.

14. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO GLOBAL

14.1. A adoção da contratação global justifica-se em razão da natureza técnica, integrada e complementar dos serviços a serem prestados, os quais compreendem a realização de vistoria técnica in loco, avaliação da integridade estrutural da rampa existente, identificação de manifestações patológicas, elaboração de laudo técnico conclusivo, bem como desenvolvimento de projeto de recuperação ou eventual substituição da estrutura, quando tecnicamente recomendado.

Trata-se de conjunto de atividades interdependentes, cuja eficiência e qualidade dependem da uniformidade metodológica das análises técnicas, da coerência entre diagnóstico e solução proposta, bem como da responsabilidade técnica integral pelos documentos produzidos, incluindo laudo, memorial descritivo, planilha orçamentária e demais elementos técnicos necessários.

A fragmentação do objeto poderia comprometer a consistência das conclusões técnicas, gerar divergências entre diagnóstico estrutural e soluções projetadas, além de dificultar a responsabilização técnica pelos serviços executados. Nesse contexto, a execução por uma única empresa assegura maior confiabilidade técnica e adequada integração entre as etapas de avaliação e proposição de soluções.

A contratação global também favorece maior economicidade e eficiência administrativa, permitindo à empresa contratada otimizar recursos técnicos e operacionais, refletindo em proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Diante disso, a contratação direta pelo menor preço global mostra-se a mais adequada para garantir padronização técnica, responsabilidade profissional, eficiência na execução dos serviços e adequada integração entre diagnóstico estrutural e soluções projetadas, estando em conformidade com o art. 75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DO RIO CLARO – MINAS GERAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

15. DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A empresa interessada deverá apresentar, para fins de comprovação de regularidade na contratação direta por dispensa de licitação, documentação comprobatória de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, bem como qualificação técnico-operacional compatíveis com a prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência, nos termos do art. 75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, observadas, no que couber, as disposições legais aplicáveis, conforme as exigências a seguir.

15.1. Habilitação Jurídica

- (a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- (b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, incluindo todas as alterações posteriores, comprovando objeto social compatível com os serviços licitados;
- (c) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica CNPJ;
- (d) Comprovante de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal do domicílio ou sede da empresa;
- (e) Declaração de que não se encontra impedida, suspensa ou declarada inidônea para contratar com o Poder Público;
- (f) Declaração de atendimento ao disposto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021 (capacidade para contratar).

15.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista

- (a) Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, inclusive Certidão de Dívida Ativa da União;
- (b) Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal;
- (c) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- (d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).





PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DO RIO CLARO – MINAS GERAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

15.3. Qualificação Técnica

A empresa interessada deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a execução de serviços compatíveis com o objeto desta contratação.

Os atestados deverão demonstrar experiência em atividades como:

- elaboração de projetos em estruturas metálicas, tais como rampas, plataformas elevadas ou estruturas com grandes vãos;
- elaboração de laudo técnico de avaliação de estruturas metálicas ou mistas.

A empresa interessada deverá possuir responsável técnico com capacidade comprovada, devidamente habilitado e com registro ativo no conselho profissional competente, que será responsável pela execução dos serviços e pela emissão da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.

15.4. Declarações Complementares (Obrigatórias)

Com fundamento nos arts. 69, 70 e 71 da Lei nº 14.133/2021:

- (a) Declaração de inexistência de impedimento para contratar.
- (b) Declaração de veracidade das informações apresentadas.
- (c) Declaração de que manterá as condições de habilitação durante toda a vigência contratual.

15.5. Qualificação Econômico-Financeira.

15.5.1. Certidão negativa de falência expedida pelo Cartório Distribuidor da pessoa jurídica.

15.5.2. Para as empresas que optarem de participar através de filial, deverá também ser apresentada certidão negativa para com o cartório/comarca onde se encontra instalada a filial.

15.5.3. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DO RIO CLARO – MINAS GERAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

15.5.4. Na falta de validade expressa na Certidão Negativa, ter-se-ão como válidos pelo prazo de 90 (noventa) dias de sua emissão.

16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. A despesa decorrente de eventual contratação será coberta por recursos específicos consignados no orçamento do Município de Carmo do Rio Claro/MG para o exercício de 2026, conforme destacado a seguir:

FICHA: 112

UNIDADE: 020205 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

FUNCIONAL: 04.122.0057.1014.0000 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - OBRAS E INVESTIMENTOS

CATEGORIA ECONÔMICA: 4.4.90.51.02 Obras e Instalações de Domínio Patrimonial

CENTRO DE CUSTO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1. Executar os serviços objeto deste Termo de Referência em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas, com a proposta apresentada e com as normas técnicas aplicáveis.

17.2. Realizar vistoria técnica in loco na estrutura objeto da contratação, procedendo à avaliação das condições estruturais e demais elementos necessários à elaboração do laudo técnico.

17.3. Elaborar e apresentar Laudo Técnico Conclusivo, contendo diagnóstico do estado de conservação da estrutura, avaliação da integridade estrutural, identificação de eventuais manifestações patológicas e conclusão técnica quanto à necessidade ou não de intervenção.

17.4. Elaborar, quando tecnicamente necessário, projeto de reforma, recuperação ou substituição da estrutura, conforme as conclusões obtidas na análise técnica realizada.

17.5. Providenciar a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART referente aos serviços executados.

17.6. Entregar todos os documentos técnicos previstos no objeto da contratação, incluindo laudo técnico, memorial descritivo, planilha orçamentária e demais documentos técnicos, quando aplicável.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DO RIO CLARO – MINAS GERAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

17.7. Assumir todos os custos diretos e indiretos necessários à execução dos serviços, incluindo deslocamentos, equipamentos, mão de obra técnica e demais encargos.

17.8. Comunicar à Administração, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a ocorrência de qualquer fato que possa comprometer a execução dos serviços.

17.9. Responsabilizar-se pela qualidade técnica dos serviços prestados, bem como por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência da execução dos serviços.

17.10. Não transferir ou subcontratar, total ou parcialmente, o objeto contratado sem prévia autorização da Administração.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

18.1. Observar e fazer cumprir fielmente o que estabelece este Termo de Referência, especialmente no que se refere às especificações do objeto e às disposições contratuais.

18.2. Disponibilizar à CONTRATADA as informações e documentos necessários para a adequada execução dos serviços.

18. 3. Garantir, quando necessário, o acesso da CONTRATADA ao local objeto da vistoria técnica, para realização das inspeções e levantamentos necessários à elaboração do laudo e demais documentos técnicos.

18.4. Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA durante a execução dos serviços.

18.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto por meio de servidor designado como Fiscal do Contrato, bem como realizar a gestão contratual por meio do Gestor do Contrato, nos termos da legislação vigente.

18.6. Efetuar o pagamento à CONTRATADA conforme as condições estabelecidas no contrato e neste Termo de Referência.





PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DO RIO CLARO – MINAS GERAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

18.7. No caso de cobrança indevida, a CONTRATANTE poderá glosar os valores considerados em desacordo com o contrato, assegurado à CONTRATADA o direito de manifestação no prazo de 05 (cinco) dias.

19. DAS SANÇÕES

19.1. O fornecedor ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações previstas no art. 155 da lei 14.133/21, sem prejuízo das responsabilidades Civil e Criminal quando aplicáveis.

19.2. Observados o contraditório e a ampla defesa, todas as sanções previstas no art. 156 da lei 14.133/21, serão aplicadas pelo secretário municipal da pasta interessada, ou pela autoridade máxima do órgão ou entidade.

20. DAS CONDIÇÕES GERAIS

20.1. O Município reserva para si o direito de não aceitar os serviços ou documentos técnicos apresentados em desacordo com o previsto neste Termo de Referência, ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao objeto, podendo rescindir a contratação nos termos da Lei nº 14.133/2021.

20.2. Qualquer tolerância por parte do Município quanto ao cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as condições do ajuste, podendo o Município exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.

20.3. A presente contratação não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia entre o Município e os empregados, prepostos ou demais profissionais designados pela Contratada para execução do objeto contratual, sendo a Contratada a única responsável pelas obrigações decorrentes das relações de trabalho.

20.4. A Contratada assume inteira responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados ao Município ou a terceiros em decorrência da execução dos serviços, ou da omissão na sua execução.





PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DO RIO CLARO – MINAS GERAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

20.5. A Contratada deverá guardar sigilo sobre dados, informações ou documentos fornecidos pelo Município ou obtidos em razão da execução do objeto contratual, sendo vedada sua divulgação sem autorização expressa da Administração.

20.6. Todos os relatórios, laudos, projetos, estudos e demais documentos técnicos elaborados no âmbito da presente contratação serão de propriedade do Município.

20.7. A contratação será formalizada por meio de contrato administrativo ou instrumento equivalente, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

21. DO FORO

21.1 Para a solução de qualquer litígio emergente desta relação contratual fica eleito o Foro da Comarca de Carmo do Rio Claro - MG, renunciando as partes expressamente a qualquer outro, ainda que privilegiado.

Carmo do Rio Claro/MG, 05 de maio de 2026.

Ana Beatriz Santos
Gestora

Gustavo Pereira Costa
Fiscal



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 6FA2-09A3-C782-96B7

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ANA BEATRIZ SANTOS (CPF 128.XXX.XXX-01) em 05/05/2026 15:54:15 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



GUSTAVO PEREIRA COSTA (CPF 097.XXX.XXX-13) em 05/05/2026 15:56:04 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://carmodorioclaro.1doc.com.br/verificacao/6FA2-09A3-C782-96B7>